TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO ADMINISTRATIVO:
ÓRGÃO CONTRATANTE: Secretaria Municipal de Administração
DEPARTAMENTO SOLICITANTE: Secretaria Municipal de Administração
RESPONSÁVEL: José Alves Gonzaga Filho

1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, "a" e "i" da Lei 14.133/2021).

O presente Termo de Referência tem por finalidade definir os elementos que norteiam à contratação de empresa especializada na prestação de serviços do tipo Casa de apoio que atenderá as pessoas do município encaminhadas para tratamento médico especializado e de urgência em Goiânia-GO no ano de 2026.

Conforme consta na Constituição Federal/88 Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

1.1.

ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE DE MEDIDA	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO
1	5.000	diarias	SERVIÇO ESPECIALIZADO DO TIPO "CASA DE APOIO" PARA ATENDIMENTO DA POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO ARAGUAIA ENCAMINHADAS PARA TRATAMENTO MÉDICO NO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA - GO, COM AS SEGUINTES ESPECIFICAÇÕES: A) HOSPEDAGEM: O ESTABELECIMENTO DEVERÁ POSSUIR QUARTOS FEMININOS E MASCULINOS SEPARADOS, EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO E HIGIENE; BEM COMO BANHEIROS MASCULINO E FEMININO, TAMBÉM SEPARADOS. UMA SALA AMPLA E AREJADA COM CADEIRAS SOFÁ E TELEVISÃO. B) AGENDAMENTO DE CONSULTAS/EXAMES E CIRURGIAS EM TODAS AS ESPECIALIDADES; C) FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES: CAFÉ DA MANHÃ (BÁSICO), ALMOÇO E JANTAR, TUDO DE BOA QUALIDADE; D) TRANSPORTE: DESLOCAMENTO PARA CONSULTAS, EXAMES LABORATORIAIS E TRATAMENTO MÉDICO, INCLUSIVE O TRANSPORTE ATÉ A RODOVIÁRIA, BEM COMO ALOJAMENTO DA CONTRATADA; E) DISPONIBILIZAR FUNCIONÁRIO PARA ATENDIMENTO 24 HORAS PARA EVENTUAIS NECESSIDADES/URGÊNCIAS DE BUSCA OU ENVIO DE PACIENTES FORA DO HORÁRIO DE ATENDIMENTO NORMAL DA CONTRATADA; F) DISPONIBILIZAR CADEIRAS DE RODAS E CADEIRAS HIGIÊNICAS, CONFORME NECESSIDADE DOS PACIENTES; G) DISPONIBILIZAR UM QUANTITATIVO MÍNIMO DE ROUPAS DE CAMA E MATERIAIS DE HIGIENE PESSOAL PARA OS PACIENTES E ACOMPANHANTES QUE POR EVENTUALIDADE OU URGÊNCIA NÃO ESTEJAM PORTANDO TAIS OBJETOS. H) SEMPRE PRIMAR PELO ACOLHIMENTO DOS PACIENTES E ACOMPANHANTES ENCAMINHADOS PELO MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO ARAGUAIA - GO, DE MELHOR FORMA POSSÍVEL, POR DIÁRIAS REALIZADAS.

ASSINADO DIGITALMENTE POR OLAIR DE BORBA JUNIOR EM 09/03/2026 ÀS 08:01:24.

1.1 . DO PÚBLICO ATENDIDO

- Pacientes encaminhados pela Secretaria Municipal de Saúde;
- Acompanhantes, quando formalmente autorizados, especialmente nos casos de idosos, crianças, pessoas com deficiência ou pacientes em condição clínica que exija acompanhamento.

1.2 . DAS CONDIÇÕES MÍNIMAS DE FUNCIONAMENTO DA CASA DE APOIO

A empresa contratada deverá comprovar que o imóvel e a estrutura disponibilizada atendem, no mínimo, às seguintes condições:

1.2.1 Estrutura Física

- Quartos coletivos ou individuais, ventilados, iluminados e em boas condições de conservação;
- Disponibilizar cadeiras de rodas e cadeiras higiênicas, conforme necessidade dos pacientes.
- Disponibilizar um quantitativo mínimo de roupas de cama e materiais de higiene pessoal para os pacientes e acompanhantes que por eventualidade ou urgência não estejam portando tais objetivos.
-
- Camas em número compatível com a demanda, com colchões em bom estado;
- Banheiros em quantidade suficiente, com água potável, higiene adequada e acessibilidade, quando aplicável;
- Áreas comuns para refeições e convivência;
- Cozinha estruturada para preparo ou distribuição de alimentos;
- Localização que permita acesso razoável às unidades de saúde de Goiânia-GO.

1.3 DA ALIMENTAÇÃO

- Fornecimento de, no mínimo, 03 (três) refeições diárias (café da manhã, almoço e jantar), observando padrões básicos de qualidade nutricional e higiene;
- Adequação alimentar quando houver restrições médicas formalmente comunicadas.

1.4. DO TRANSPORTE LOCAL

- Disponibilização de transporte para deslocamento dos pacientes e acompanhantes até hospitais, clínicas, laboratórios ou unidades de saúde em Goiânia-GO.
- Transporte: deslocamento para consultas, exames laboratoriais e tratamento médico, inclusive o transporte até a rodoviária, bem como ao alojamento da contratada.
- Veículos em condições regulares de uso, com condutor habilitado.

1.5 . DAS EXIGÊNCIAS DOCUMENTAIS TÉCNICAS MÍNIMAS

Como condição de habilitação técnica e comprovação da aptidão para execução do objeto, a empresa participante deverá apresentar, sem prejuízo de outros documentos exigidos no edital, os seguintes documentos mínimos:

1.6 Regularidade do Imóvel e Segurança

a) Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB) ou documento equivalente válido, comprovando que o imóvel atende às normas de segurança contra incêndio e pânico;

b) Alvará de Funcionamento expedido pelo Município de Goiânia-GO, compatível com a atividade de hospedagem ou casa de apoio.

1.7 Vigilância Sanitária e Higiene

a) Licença ou Alvará Sanitário emitido pela Vigilância Sanitária competente, válido e compatível com a atividade exercida;

b) Laudo ou Certificado de Dedetização e Desratização, emitido por empresa especializada, com periodicidade compatível e dentro do prazo de validade;

c) Comprovação de boas práticas de higiene e limpeza dos ambientes, podendo ser exigida declaração formal da empresa.

1.8 Capacidade Técnica

a) Atestado(s) de Capacidade Técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando experiência prévia na prestação de serviços similares ao objeto deste Termo de Referência;

b) Declaração de que dispõe de equipe mínima suficiente para atendimento contínuo dos usuários.

1.9 Transporte

a) Comprovação de que possui veículo próprio ou contratado para transporte local, mediante apresentação de:

- Documento do veículo;
- CNH válida do condutor;
- Declaração de responsabilidade pelo transporte dos usuários.

1.10 O prazo de vigência da contratação é de 12 meses (máximo de 5 anos) contados do (a) *assinatura do contrato* , prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

2. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea 'd', da Lei nº 14.133/21

2.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

2.2. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

2.2.1. Sustentabilidade;

2.2.2. Indicação de marcas ou modelos de acordo com o Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

2.2.2.1. Na presente contratação será admitida a indicação da (s) seguinte(s) marca(s), característica(s) ou modelo(s), de acordo com as justificativas contidas nos Estudos Técnicos Preliminares e Justificativa da Professora Pesquisadora responsável pelo equipamento.

3. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea "f", da Lei nº 14.133/21)

3.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

3.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

3.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).

3.3.1. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

3.3.2. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

3.4. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios,

defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

3.5. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

3.6. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

3.6.1. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

3.7. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 1/2022, art. 44, §2º).

3.8. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 1/2022, art. 44, 31º).

3.9. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade convocará o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros (IN 1/2022, art. 44, 31º).

3.10. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao Departamento de Compras.

3.11. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no Departamento de Compras.

4. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'h', da Lei nº 14.133/2021)

4.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação;

4.2. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

4.2.1. Cadastro do Fornecedor no departamento de compras;

4.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

4.4. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências

Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

4.5. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

4.6. O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

4.7. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

4.8. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

4.9. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

4.10. Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação:

4.10.1. Habilitação Jurídica:

4.10.1.1. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

4.10.1.2. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

4.10.1.3. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

4.10.1.4. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

4.10.1.5. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

4.10.2. Habilitações fiscal, social e trabalhista:

4.10.2.1. prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);

4.10.2.2. prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

4.10.2.3. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos

termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora- Geral da Fazenda Nacional.

4.10.2.4. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

4.10.2.5. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

4.10.2.6. prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

4.10.2.6.1. caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou distritais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão ou declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na forma da respectiva legislação de regência.

4.10.2.7. prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

4.10.2.8. **Habilitação especifica**

4.10.2.9. Alvará Sanitário;

4.10.2.10. AVCB ou CLCB (Bombeiros);

4.10.2.11. Laudo de controle de pragas.

5. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município para o ano de 2026.

7.1.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

AÇÃO	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	FICHA
Manut atv sec de administraçã 2.005	03.03.04.122.0414.3.3.90.39	63

5.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Santa Rita do Araguaia – GO, aos 22 dias do mes de janeiro de 2026

JOSé ALVES GONZAGA FILHO
Secretário Municipalde Administração

Valide a assinatura deste documento em https://santaritadoaraguaia.megasoftservicos.com.br//cidadao/autenticar-assinatura com o código: f86ad6